

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

NIMIO CRISTIAN RUIZ DIAZ OJEDA

**A TRAJETÓRIA DE CRESCIMENTO DA COAMO: DE COOPERATIVA PARA
EMPRESA CAPITALISTA**

CURITIBA

2019

NIMIO CRISTIAN RUIZ DIAZ OJEDA

**A TRAJETÓRIA DE CRESCIMENTO DA COAMO: DE COOPERATIVA PARA
EMPRESA CAPITALISTA**

Monografia apresentada na Universidade Federal do Paraná como requisito parcial para a conclusão do Curso de Ciências Econômicas, setor de Ciências Aplicadas.

Orientador: Prof. Pulquerio Figueiredo Bittencourt.

CURITIBA

2019

NIMIO CRISTIAN RUIZ DIAZ OJEDA

A TRAJETÓRIA DE CRESCIMENTO DA COAMO: DE COOPERATIVA PARA
EMPRESA CAPITALISTA

Monografia aprovada como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel, Curso de Ciências Econômicas, Setor de Ciências Social Aplicadas, Universidade Federal do Paraná, pela seguinte banca examinadora:

Prof. Pulquério Figueiredo Bittencourt
Professor Orientador
Representado pela Prof^a. Dr^a. Denise Maria Maia

Prof. Dr. Fernando Motta Correia
Professor Examinador

Prof^a Dr^a Dayani Cris de Aquino
Professora Examinadora

Curitiba, 03 de julho de 2019.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente à minha esposa e companheira, Mariana Garrett Ruiz Diaz, quem durante toda esta jornada me apoiou incondicionalmente, incentivando e transmitindo os seus conhecimentos a mim e à monografia. Aos meus pais, Nimio Filemon Ruiz Diaz e Nilda Olivia Ojeda, que não mediram esforços para oferecer-me uma boa base educacional, sendo que cheguei à esta etapa graça a eles. Aos engenheiros agrônomos Euclides Curione Junior e Lucas Curione, que me apresentaram as instalações da cooperativa da COAMO em Campo Mourão - PR, e me explicaram pessoalmente um pouco da atuação no campo e na indústria. A coordenadora do curso de Ciências Econômicas, Dayani Cris de Aquino, quem fez toda a diferença na minha etapa final de formação

RESUMO

O objetivo do presente trabalho caracteriza-se pela análise da trajetória de crescimento da Coamo. Nossa hipótese é que a concorrência capitalista forçou a Coamo, que nasceu com ideais cooperativistas, a se tornar uma empresa capitalista típica. É sabido que existem regras jurídicas que impedem que essas transformações ocorram. Para chegar a estas conclusões, realizamos a leitura de artigos e dissertações de diversos autores com linha de raciocínio e pesquisas diferentes. Desta maneira efetuamos um contraponto entre autores que acreditam que os ideais cooperativistas possam se manter dentro do capitalismo, e outros que pensam que isso não é possível de modo que essas ideias se perdem inevitavelmente e a cooperativa ganha características de empresa capitalista. Destacam-se pontos positivos, entre eles a geração de impostos para o município devido à intensa atividade econômica desenvolvida pela Coamo, além dos empregos direta e indiretamente gerados por esta. Entre os resultados menos positivos estão a concentração de terra e renda para um menor número de associados devido à marginalização de pequenos agricultores que passam a ser menos interessante para a cooperativa após a sua abertura para o mercado externo. Destaca-se a rápida taxa de urbanização sofrida pela região em duas décadas, já que pela modernização da agricultura, o morador do Campo teve de migrar para a cidade em busca de novas oportunidades. Por fim conclui-se que apesar da cooperativa ter como fundamento básico o associativismo, no qual o bem coletivo vem em primeiro lugar, a Coamo seguiu por caminhos de uma empresa capitalista, buscando em sua essência o acúmulo de capital e expansão de seu território de atuação.

Palavras-chave: COAMO – Cooperativa – agroindustrial – Soja.

ABSTRACT

The objective of this work is characterized by the analysis of the growth trajectory of Coamo. Our hypothesis is that capitalist competition forced Coamo, who was born with cooperative ideals, to become a typical capitalist enterprise. It is well known that there are legal rules that prevent such transformations from occurring. In order to arrive at these conclusions, we carry out the reading of articles and dissertations of several authors with line of reasoning and different researches. In this way we make a counterpoint between authors who believe that cooperative ideals can remain within capitalism, and others who think that this is not possible so that these ideas are inevitably lost and the cooperative gains characteristics of capitalist enterprise. Positive points are highlighted, among them the generation of taxes for the municipality due to the intense economic activity developed by Coamo, besides the jobs directly and indirectly generated by this one. Among the less positive results are the concentration of land and income for a smaller number of members due to the marginalization of small farmers that become less interesting for the cooperative after its opening to the foreign market. It stands out the rapid rate of urbanization suffered by the region in two decades, since by the modernization of agriculture, the inhabitant of the Field had to migrate to the city in search of new opportunities. Finally it is concluded that although the cooperative has as its basic foundation associativism, in which the collective good comes first, the Coamo has followed the paths of a capitalist enterprise, seeking in essence the accumulation of capital and expansion of its territory performance.

Key words: COAMO - Cooperativa - agroindustrial - Soy.

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – NÚMEROS DE TRATORES E COLHEITADEIRAS NO PARANÁ NAS DÉCADAS DE 1960, 70 E 80	20
TABELA 2 – TAMANHO DE ÁREAS DE TERRAS POR GRÃOS CULTIVADOS DAS DÉCADAS DE 1960, 70 E 80	35
TABELA 3 – TONELADAS COMERCIALIZADAS E FATURAMENTO NO MERCADO EXTERNO DA COAMO DE 2012 A 2018	39
TABELA 4 – INDICE DE GINI DO BRASIL, REGIÃO SUL, PARANÁ E CAMPO MOURÃO NOS ANOS DE 1991, 00 E 10	46

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	09
2	COOPERATIVISMO: DEFINIÇÃO E HISTÓRICO	12
2.1	CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS SOBRE O COOPERATIVISMO	13
2.2	COOPERATIVISMO E COOPERATIVAS AGROPECUÁRIAS NO BRASIL	17
2.3	COOPERATIVISMO NO PARANÁ E NO RAMO AGROPECUÁRIO	19
3	A COAMO: APRESENTAÇÃO DA COOPERATIVA	22
3.1.	INFORMAÇÃO INSTITUCIONAL	22
3.1.1	Estatuto	22
3.1.2	Estrutura	23
3.2	ÁREA DE ATUAÇÃO	24
3.2.1	Áreas de atuação: Santa Catarina	24
3.2.2	Áreas de atuação: Paraná	24
3.2.3	Áreas de atuação: Mato Grosso do Sul	26
3.3	PRINCIPAIS ATIVIDADES E ESTRUTURA DA EMPRESA	26
3.3.1	Capacidade armazenagem, recebimento e transporte	27
3.3.2	Investimentos	28
3.3.3	Impostos, taxas e contribuições	28
3.3.4	Associados	28
3.3.5	Credicoamo	28
3.3.6	Indústrias	30
4	COAMO: A PARTICIPAÇÃO DA COOPERATIVA NA REGIÃO DE CAMPO MOURÃO	32
4.1	HISTÓRICO DA COAMO E REGIÃO	32
4.2	CRESCIMENTO DA COAMO E REGIÃO	33
4.3	MERCADO EXTERNO	38
5	DA COOPERATIVA À EMPRESA CAPITALISTA	42
5.1	COOPERADOS	42
5.2	COOPERADOS E A POPULAÇÃO DE CAMPO MOURÃO	44
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	47
	REFERÊNCIAS	50

1 INTRODUÇÃO

A Coamo foi fundada mediante a colaboração de um grupo de produtores de trigo, que entre 1957 e 1963, após o encerramento das atividades de madeira na região, uniram-se para adquirir equipamento agrícolas a fim de facilitar o trabalho braçal (COAMO, 2018). Este mesmo período coincide com as políticas governamentais de incentivo à produção agrícola por meio de cooperativas, introduzidas na época. (ÁVILA, 2002) A cooperativa, que através do cooperativismo possui fundamentos sociais, acabou tornando-se uma empresa com amplas características capitalistas, atuando primordialmente com objetivo do acúmulo de capital, expandindo sua área de atuação e influenciando na região de alcance do seu desenvolvimento.

A principal marca de cooperativismo no Paraná está relacionada à agropecuária. Evidência disto é que as 61 cooperativas agropecuárias do Paraná foram responsáveis por 84,3% do faturamento do cooperativismo no estado do Paraná, em 2018 (OCEPAR, 2018). Para demonstrar a importância do caso do estudo desta monografia, destacamos que a COAMO possui papel de destaque à frente destes números, sendo a maior cooperativa no ramo em que atua, tanto no Paraná, como no Brasil e na América Latina

Abordamos o significado e a definição do que é o cooperativismo, quais deveriam ser seus benefícios para a sociedade e para a economia local. Possui como característica específica a associação de pessoas com os mesmos interesses, reunidas na mesma região e/ou com os mesmos fins, a fim de eliminar intermediários, formulando uma base sólida e sustentável para aquele negócio a que se propõem. Tem como fundamento o desenvolvimento social para aquele grupo e espaço geográfico no qual estão situados (SICCOOB, 2017). Nos aprofundamos na questão teórica de como o cooperativismo nasceu pela mobilização de operários que buscavam condições melhores para si e sua produção, dentro do cenário capitalista, e como sofreu transformações decisivas em seu núcleo de atividades (GERMER, 2007).

Neste contexto, o trabalho aborda questões dos benefícios da Coamo para os seus colaboradores e a população em geral onde ela atua, principalmente em Campo Mourão. A cooperativa expandiu seu capital apoiado em quais tipos de incentivos? Foi pautada através de políticas que beneficiaram o surgimento e crescimento desta?

Fica evidente que a Coamo trouxe uma série de transformações positivas para o município de Campo Mourão, porém foram suficientes? Ou a cooperativa teria ao seu alcance a capacidade de beneficiar um número maior de colaboradores e população do município, se fizesse uso dos princípios distributivos que regem a criação do cooperativismo?

O objetivo do presente trabalho é analisar a trajetória de crescimento da cooperativa. Nossa hipótese é que a concorrência capitalista forçou a Coamo, que nasceu com ideais cooperativistas, a se tornar uma empresa capitalista típica. Para isto, foi analisado o cenário no qual ela se desenvolveu, suas articulações e relação entre cooperados, corpo técnico, e o quadro de funcionários assalariados. Também avaliamos os entraves que o cooperativismo em sua essência possui para se desenvolver e sobreviver na economia capitalista. É sabido que existem regras jurídicas que impedem que essas transformações ocorram. (GERMER, 2007; SILVA, e SANTOS, F. 2007).

Concentramos estudos e pesquisas com relação à pré-formação da cooperativa, levando em consideração o espaço geográfico onde foi formada e o histórico da região.

É de suma importância entender as transformações ocorridas simultaneamente entre cooperativa, associados, e população da região de Campo Mourão. Qual o custo social para a solidez da empresa? Todos foram beneficiados?

A metodologia utilizada para a abordagem dos temas deste trabalho é baseada na análise de arquivos digitais, como sites, revistas e relatórios, além de pesquisa bibliográfica. Para entender o porte atual da empresa, o site constitucional da cooperativa foi consultado, na qual foram avaliados a história, crescimento, diversificação da área de atuação, abrangência do seu território de influência, entre outros. Sites oficiais também foram consultados, como IPARDES e IBGE, os quais através de seus números ajudaram na compreensão do trabalho. Para entender e analisar a abordagem mais crítica, os trabalhos de diversos autores com diferentes pontos de vistas examinados, entre eles os principais: Ávila (2002), Azeredo (2016), Costa (2009), Denker (2009), e Onofre (2011). Ressalta-se que estes autores fundamentaram seus trabalhos através de dados oficiais. Da mesma maneira os artigos dos autores Carleial e Paulista (2008), Germer (2007), Namorado (2007), Silva e Santos (2007), e Pontes (2007) foram muito importantes para elucidar as questões teóricas que embasam boa parte deste trabalho.

O trabalho está dividido em 5 capítulos, além desta introdução, onde realizamos apresentação do conteúdo. O capítulo 2 foi dedicado ao histórico e abordagens de diversos autores sobre a definição e surgimento do cooperativismo. Também inserimos informações a respeito da história da agricultura paranaense e brasileira, o processo de mecanização da agricultura, e um breve relato histórico da agricultura do Município sede da firma em análise, Campo Mourão. Prosseguimos no mesmo capítulo citando as diferentes cooperativas presentes no Brasil, com destaque ao ramo agropecuário, atividade principal da Coamo. O capítulo 3 realiza uma apresentação da cooperativa Coamo, baseada em dados oficiais e no site constitucional, a fim de entender o porte da empresa para posteriormente inseri-la no cenário e contexto da região onde ela diversifica as suas atividades. O capítulo 4 analisa o contexto na qual ela está inserida, quais foram suas contribuições para o desenvolvimento das regiões, sejam elas positivas ou negativas. Por exemplo, todos seus associados foram beneficiados com a abertura para o mercado externo da empresa? O quinto capítulo evidencia a transformação da cooperativa para uma empresa capitalista tradicional, apontando dados e fatos que levam a essa conclusão, baseadas também nas mudanças ocorridas com seus cooperados e município de Campo Mourão. A empresa beneficiou a população de Campo Mourão, sede da Coamo, diretamente, gerando desenvolvimento econômico? Por fim, o último capítulo, baseado em todas as questões abordadas, apresenta as conclusões do trabalho, apontando pontos fundamentais entre pontos destacados pela própria empresa contra análises críticas realizadas pelos diversos autores consultados.

2 COOPERATIVISMO: DEFINIÇÃO E HISTÓRICO

Segundo estudos de Souza Costa (2007), o cooperativismo moderno, como o conhecemos hoje, é um movimento social resultante das consequências do liberalismo econômico do século XIX, que buscava formas alternativas para melhorar a vida da classe trabalhadora. Em seus primórdios, pretendia constituir uma alternativa política e econômica ao capitalismo (teoria esta que será avaliada no próximo item do capítulo), eliminando o patrão e o intermediário, e concedendo ao trabalhador a propriedade de seus instrumentos de trabalho e a participação nos resultados de seu próprio desempenho. Possui a doutrina que preconiza a colaboração e a associação de pessoas ou grupos com os mesmos interesses, a fim de obter vantagens comuns em suas atividades econômicas. O associativismo cooperativista tem por fundamento o progresso social da cooperação e do auxílio mútuo segundo o qual aqueles que se encontram na mesma situação desvantajosa de competição conseguem, pela soma de esforços, garantir a sobrevivência.

Namorado (2007), em seu artigo de revista sobre a origem do cooperativismo moderno e horizontes que podem ser atingidos, salienta que o movimento do cooperativismo emergiu a partir do movimento operário, sendo assim está ligado diretamente ao contexto do capitalismo desde aquela época. No início, a forma associativa fazia parte do ativismo operário, tendo evoluído nos anos seguintes em diferentes ramos de atuação.

Do ponto de vista sociológico, cooperação é uma forma de integração social e pode ser entendida como ação conjugada em que pessoas se unem, de maneira formal ou informal, tendo em vista um mesmo objetivo. Quando há regras pré-estabelecidas, ela pode dar origem a determinados grupos sociais. Com este grupo definido, a cooperativa visa, em primeiro lugar, fins econômicos e educativos.

As primeiras cooperativas surgiram no final do século XVIII e início do século XIX na Inglaterra, França, Alemanha e em outros países da Europa, como iniciativas contra as péssimas condições de vida dos trabalhadores. As mais antigas cooperativas que se tem notícias são: a cooperativa dos trabalhadores dos estaleiros Woolwinch e Chatham, na Inglaterra (1760); a cooperativa de consumo dos tecelões de Fenwich, na Escócia (1769); e cooperativa de consumo inglesa, a Oldhan Co-operative Supply Company (1795). Cabe aqui destacar o grupo de 38 operários tecelões de Rochdale, que em 1844 reuniram-se para constituir a Cooperativa dos Pioneiros de Rochdale,

na Inglaterra. O seu papel de destaque deve-se a ser a primeira sociedade cooperativa de consumo organizada, que nos 10 anos seguintes à sua fundação abriu três filiais na própria cidade e no ano seguinte já contava com 400 sócios. O êxito desta cooperativa validou a experiência e impulsionou outras a seguirem este caminho. (NAMORADO, 2007) Desta maneira, em 1881 já existiam 1.000 cooperativas de consumo na Inglaterra, associando um total de 500.000 pessoas. (SICCOOB, 2018) Ainda, baseado no estatuto da cooperativa de Rochdale, o cooperativismo apresenta 7 princípios que orientam a simbologia do associativismo: adesão livre e voluntária; gestão democrática; participação econômica; autonomia e independência; educação, formação e informação; intercooperação; interesse pela comunidade

2.1 CONSIDRAÇÕES TEÓRICAS SOBRE O COOPERATIVISMO

Expostos o surgimento e princípio do cooperativismo, realizamos uma reflexão teórica a respeito dos fundamentos que compõe a prática dessa atividade numa economia capitalista. Entende-se o cooperativismo também como “economia solidária”, na qual seus integrantes se unem em busca de condições melhores de produção, redução de custos individuais, e participação coletiva dos resultados. Em sua origem, este tipo de economia valoriza mais o trabalho que o capital.

Em seu artigo a respeito das empresas coletivas solidárias, Carleial e Paulista (2008) destacam o papel transformador e a viabilidade que este tipo de firma pode apresentar para a sociedade dentro do sistema capitalista. As autoras defendem que o conceito de “economia solidária” não deve se fundamentar apenas em um sistema de controle de pobreza ditado pelo Estado que surge após crises internas, como ocorre quando há crescimento do desemprego. Estas cooperativas podem surgir através da multiplicação de outros formatos organizacionais, em forma de terceirização, inclusive a empresa solidária, como é destacado: “[...] quando, por exemplo, um hospital despede seus médicos e os recontrata mediado por uma cooperativa”. Assim, percebe-se como estes instrumentos podem ser eficazes dentro da conjuntura da economia capitalista.

Enfatizam a ruptura do padrão antigo de empresa capitalista, que consistia na imagem de um único proprietário, para a evolução de uma firma-rede, ou empresa coletiva, na qual há uma coletivização das unidades produtivas, citando inclusive Marx, quando Carleial e Paulista escrevem (2008, p. 13): “[...] fica evidente a tendência

de uma espécie de relativa socialização da propriedade privada retratada na grande empresa capitalista cujo formato jurídico é o das sociedades anônimas”.

Carleial e Paulista consideram ainda que os empreendimentos solidários podem ser considerados como inovações organizacionais. Sendo assim, citam:

Foi considerada por nós como uma inovação organizacional, em si mesma, caracterizada pelos seguintes elementos: (i) é uma iniciativa coletiva de produção de bens e/ou serviços, (ii) criada para empreender com o objetivo da apropriação coletiva dos resultados, (iii) organizada de modo associativo e (iv) baseada nos princípios de autonomia, gestão democrática e valorização do trabalho acima do capital. (CARLEIAL e PAULISTA, 2008, p. 9).

Apesar desta vocação que as empresas solidárias possuem, as autoras realizam uma crítica de como o elemento de voluntariedade ainda é frágil perante as engrenagens da sociedade econômica, na qual são mediadas por políticas públicas sem um objetivo claro de valorização do trabalho, e que causam forte dependência às empresas solidárias. Desta maneira estas acabam por serem submetidas ao mercado tradicional, buscando ganhos de produtividade com uma firma capitalista comum. Estas características ficam claras na pesquisa realizada em seu trabalho, na qual são investigadas diversas cooperativas de diferentes ramos na região metropolitana de Porto Alegre e Curitiba. Na grande maioria destas o propósito determinante é a obtenção sistemática da renda através do trabalho.

Por fim, finalizam indicando que as empresas solidárias deveriam ser consideradas como pequenos negócios, mantendo-se como estão, não sendo visto como um braço do socialismo no qual o principal objetivo na prática é uma alternativa às condições precárias de um indivíduo em busca de novas oportunidades. A escolha deveria ser do trabalhador, induzido por políticas e ideais claros sobre o que é uma firma solidária.

Germer (2007) fundamenta seu artigo com proposições similares às apresentadas por Carleial e Paulista. Destaca que o cooperativismo já nasceu dentro do capitalismo, e foi sofrendo transformações ao longo dos anos. Cita duas origens do cooperativismo, sendo que na primeira delas fica evidentes características idênticas à Coamo:

O cooperativismo formou-se a partir de duas diferentes origens: por um lado, a partir da formação de associações de pequenos capitalistas, que evoluíram para a forma de cooperativas empresariais. Estas nunca foram organizadas na esfera da produção, mas apenas para a realização de operações complementares à produção, principalmente a comercialização e no processamento final de algumas matérias primas, principalmente agrícolas. A motivação da formação destas associações é puramente comercial com o objetivo de reduzir custos individuais nas operações complementares realizadas em grande escala. (GERMER, 2007, p. 4)

Em seu trabalho, Germer, apoiado nas teorias de Marx, e refutando a ideia de Singer (2000), exemplifica uma sociedade na qual a “economia solidária” se desenvolva completamente, havendo somente cooperativas nesta economia. Sendo assim, estas entrarão em concorrência, agindo sob as leis do mercado. Com a concorrência, há vitoriosos e derrotados, redução de custos unitários, aumento de escalas de produção, maximização de rentabilidade, e por fim taxas de lucro que serão incorporadas ao acúmulo de capital. Todas estas características pertencem à economia capitalista.

O autor ainda deixa claro como o cooperativismo solidário e coletivo tem a impossível missão de desenvolver suas potencialidades em razão da existente forma jurídica da propriedade capitalista, a qual é defendida pelo Estado. Neste ponto, faz uma analogia com a teoria de Marx no que tange ao desenvolvimento intrínseco do capitalismo que levaria ao desenvolvimento da “economia solidária”: “[...] o domínio da propriedade privada como forma jurídica geral da propriedade no capitalismo exerce precisamente esse efeito de bloqueio sobre as novas formas que, no interior do capitalismo, são sintomas das mudanças mais profundas em curso”. (GERMER, 2006, p. 8) Ou seja, a estrutura jurídica do capitalismo atualmente impede que o cooperativismo coletivo e solidário possa se desenvolver. Sendo assim, o cooperativismo com este tipo de estrutura não terá vida longa no capitalismo. Realizando uma analogia com a proposta de Germer, é interessante citar que este pensamento condiz com o trecho citado no artigo de Namorado no qual ele escreve sobre a relação cooperativismo capitalismo: “[...]Pode-se dizer que cooperativismo não poderá dar todos seus frutos, não poderá impregnar a sociedade plenamente com sua lógica, na vigência do sistema capitalista”, (2007, p. 29) descrevendo que o cooperativismo só funcionaria plenamente em um sistema de pós-capitalismo, sendo que isto só seria possível com um reformismo de transformação social.

Ainda no sentido jurídico, as autoras Silva e Santos (2007), que abordam sobre a legitimidade da economia solidária dentro do corpo jurídico brasileiro, destacam que

a legalidade deste tipo de empresa associativa se depara contra os obstáculos criados pela incapacidade do formalismo jurídico perante a riqueza dos casos. Sendo assim elas descrevem ao longo do texto a importância da atuação jurídica para validação da economia solidária, que na prática fala das cooperativas. Mencionam que não há atualmente uma junção entre legalidade e legitimidade que trate de forma concreta estas questões, o que impede que essas cooperativas se desenvolvam plenamente, também do ponto de vista jurídico.

Comparando os trabalhos de Germer e Carleial e Paulista, fica claro que ambos concordam que a economia solidária, ou seja, o sistema cooperativista, não é uma alternativa ao capitalismo, mas em sentidos diferentes: Carleial acredita que não é alternativo, mas sim complementar, enquanto que Germer considera que o cooperativismo não é uma alternativa pois sempre se desenvolve para a empresa típica sendo incapaz de mudar a estrutura do sistema capitalista. É bom citar que Germer representa o pensamento marxista de maneira mais radical e coerente, pois julga, assim como Marx, que o problema do capitalismo está na propriedade privada dos meios de produção e que neste quesito o cooperativismo não altera em nada a estrutura desta propriedade, portanto, não é uma alternativa ao capitalismo. Neste ponto, Carleial e Paulista mostram-se mais otimistas para a transformação necessária nesse sentido, apontando políticas públicas adequadas que seriam capazes de desenvolver a economia solidária. Também salientam as inovações organizacionais que estas podem manifestar dentro da economia e sociedade. Já Germer aponta um sistema capitalista estático ditado pelo Estado que defende a propriedade jurídica privada e impede qualquer sinal de desenvolvimento de um sistema cooperativista sob características socialistas.

De acordo com o estudo de Pontes (2007), no qual discute as configurações contemporâneas do cooperativismo brasileiro, estas podem se dividir com as seguintes finalidades: i) cooperativas de produção de bens e (ou) serviços; ii) cooperativas de consumo e iii) cooperativas de crédito. Na questão da Coamo, o mesmo estudo deixa claro que ela faz parte do tipo de cooperativas mistas, já que conforme é citado:

As cooperativas mistas apresentam como finalidade preponderante a venda de produtos, que podem ser fruto da produção dos trabalhadores cooperados e de outros trabalhadores que convivem com os cooperados em uma relação de assalariamento, sendo que tais cooperativas agregam também às suas atividades compras em comum beneficiando seus cooperados na aquisição de bens ou serviços. Estas cooperativas são bastante expressivas no Brasil e se apresentam, principalmente, no ramo das cooperativas agropecuárias. (PONTES, D. R, 2007, p. 93).

Para que a questão seja ainda mais específica, Pontes (2007) cita o tipo de cooperativas “sob comando do capital” na qual se encaixa perfeitamente a cooperativa tema deste trabalho, escrevendo: “[...] uma parte das cooperativas brasileiras de produção assumiu forma análoga à das empresas capitalistas tradicionais.” (2007, p. 99). Esta similaridade é provada através da relação empresa – trabalhador, na qual os produtores diretos dessas cooperativas podem ser considerados trabalhadores assalariados. Isso corrobora com a ideia de Germer (2007) de que os princípios cooperativistas tendem a se perder e a instituição irá tornar-se uma empresa capitalista típica, eliminando assim os princípios básicos originais do cooperativismo.

2.2 COOPERATIVISMO E COOPERATIVAS AGROPECUÁRIAS NO BRASIL

No Brasil, em meados do século XIX, mais precisamente em 1889, surge a primeira cooperativa do país. Uma cooperativa de consumo em Ouro Preto/MG, denominada Sociedade Cooperativa Econômica dos Funcionários Públicos e Ouro Preto (SICCOOB, 2017). Já no século XX, em 1902, surge a primeira cooperativa de crédito, no Rio Grande do Sul, no município de Nova Petrópolis, a Caixa de Economia e Empréstimos Amstad, atual Sicredi Pioneira RS (COOPERATIVISMO DE CREDITO, 2012). Em 1906, começam a desenvolver as primeiras cooperativas agropecuárias nacionais. Essas são as primeiras instituições do Movimento Cooperativo Brasileiro que se tem registro. Marcam a origem da implantação do sistema no país. No mesmo ano nascem e se desenvolvem as cooperativas no meio rural, idealizadas por produtores agropecuários, cuja propagação deu-se em vários estados, principalmente junto às comunidades de imigrantes alemães e italianos, dando forma ao cooperativismo hoje existente no país. Em 1969 é registrada em cartório a OCB – Organização das Cooperativas Brasileiras – sendo um órgão da sociedade civil, sem fins lucrativos e com neutralidade política e religiosa. Tratava-se, até então, da única representante e defensora dos interesses do cooperativismo

nacional, surgida já tardiamente, tendo em vista que o sistema cooperativo demorou a se difundir pelo amplo território nacional (OCB, 2018).

Segundo dados atualizados da OCB (Organização das Cooperativas Brasileiras), o movimento cooperativista compõe-se por 13 ramos de atividades econômicas, destacando-se em termos de faturamento no ramo agropecuário. Com relação ao número de cooperativas e número de empregados, também o destaque está no ramo agropecuário. Já com relação ao número de associados, a proeminência está no ramo de cooperativas de créditos (OCB, 2018).

O cooperativismo agropecuário tem importante participação na economia brasileira, sendo responsável por quase 50% do PIB agrícola e envolvendo mais de 1 milhão de pessoas (IBGE, 2018). Dentre todos os ramos de atuação do cooperativismo brasileiro, o agropecuário tem papel de destaque, com 1.597 instituições e 180,1 mil produtores cooperados. Segundo dados do censo agropecuário do Instituto Brasileiro de Geografia (IBGE), de 2017, estima-se que 48% de tudo que é produzido no campo brasileiro passa, de alguma forma, por uma cooperativa.

Os produtores que aderem às cooperativas agrícolas descobrem as vantagens de atuar coletivamente, principalmente nos momentos de compra dos insumos e de venda de produção. Adicionalmente, podem contar com o poder de reduzir custos com armazenamento e transportes.

Segundo dados coletados pela Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB, 2018), as cooperativas de produção agrícola no Brasil faturaram R\$ 200 bilhões em 2017. O valor representa um crescimento de 10,61% em relação à receita registrada em 2016. Houve também um aumento em 2017, registrando um faturamento de US\$ 6,16 bilhões, 20,07% a mais que em 2016. O complexo de soja respondeu por 28% do total, com US\$ 1,74 bilhão. Depois aparecem açúcar e etanol, com 26% (US\$ 1,6 bilhão), aves, com 21% (US\$ 1,28 bilhão), café, com 11% (US\$ 706 milhões) e suínos, com 6% (US\$ 341 milhões). Os dados da OCB mostram que a China foi o principal destino dos embarques, respondendo por 19% das exportações das cooperativas agropecuárias. Depois aparecem Estados Unidos (8%), Emirados Árabes (7%) e Alemanha (7%).

2.3 COOPERATIVISMO NO PARANÁ E NO RAMO AGROPECUÁRIO

No Paraná, os primeiros movimentos e sinais de atividades de cooperação começam a surgir por volta de 1829, quando ocorre a chegada de um primeiro grupo de imigrantes alemães que fundaram a colônia do Rio Negro, atualmente município. Estes imigrantes já traziam valores que favoreciam a cooperação, costumes ainda conquistados em sua terra natal. No ano de 1911 chegaram cerca de 450 holandeses que fundaram o que é hoje uma das mais prósperas colônias de imigrantes. Eles constituíram, no ano de 1925, a Sociedade Cooperativa Hollandeza de Laticínios Batavo, existente até hoje e considerada uma cooperativa exemplar (OCB, 2018)

Esses movimentos de imigrantes deram significativo impulso ao cooperativismo estadual com as experiências bem-sucedidas das cooperativas de colonização, como Witmarsum, da Palmeira; Agrária, de Entre Rios; Batavo e Castrolanda, de Castro e Capal, de Arapoti.

O movimento começou a crescer a partir da década de 1920, entre madeireiros e ervateiros. Entre os anos de 1930 e 1940, o Paraná contou com 40 cooperativas de mate, unidas em torno da Federação das Cooperativas de Mate Ltda – Agromate, que marcou história até o declínio do setor ervateiro, quando então transformou-se em Rural Sul, para tentar sobreviver através da diversificação de atividades (OCB, 2018).

O Estado conta atualmente com 220 cooperativas, de dez diferentes ramos, que atingiram o faturamento de R\$ 70,6 bilhões em 2017 (OCB, 2018).

Essas cooperativas classificam e processam os produtos do setor primário, e comercializam os produtos industrializados, em busca por melhor remuneração aos seus associados. Cada membro contribui com um percentual variável do valor da produção para pagar os custos do processamento, administração e comercialização. O dinheiro recebido pela cooperativa retorna ao produtor agrícola na proporção de sua produção. Essas cooperativas também provêem outros serviços, como insumos, armazenamento, transporte, publicidade e pesquisa. Essas cooperativas atuam, geralmente, na produção de cereais e animais, como trigo soja, milho, algodão, leite, carne, fumo, lã, frutas cítricas ou aves domésticas (OCB, 2018).

Antes da década de 1970, não havia na agricultura paranaense a tecnologia suficiente e necessária para que houvesse uma produção significativa perante o cenário nacional. Na década de 1960 é criado o Sistema Nacional de Crédito Rural, responsável pela consolidação da modernização da agricultura no território brasileiro,

o qual priorizava tanto o mercado interno, como o externo. Destacamos o estudo de Denker (2009), na qual através de fontes oficiais, como BACEN e IPARDES, observa que o café, considerado o principal produto paranaense até 1960, tem sua participação reduzida a partir da década de 1970, já que o Governo Federal passou a diminuir seu subsídio concedido na produção de 44,37% para 12,81%. Por outro lado, a soja e o trigo, que conjuntamente possuíam 10,15% do crédito de custeio, passaram conjuntamente para o valor de 39,02% em 1979. Logo após, aproveitando-se deste estímulo gerado pelo Estado, surgem as cooperativas agropecuárias, fortalecendo este ramo na região do Paraná. Com elas houve o cultivo e introdução de novos produtos e técnicas, acarretando um estímulo na produção de trigo no final dos anos 1960, e posteriormente a soja.

Assim, dada ampliação da indústria nacional na década de 1970, possibilitando o surgimento de setores produtores de máquinas, implementos e insumos para a agricultura, bem como pela expansão do crédito agrícola, proporcionado pelo Governo Federal para incentivar a produção para exportação desses produtos, o Paraná passou a modernizar sua agricultura. (DENKER, 2019, p. 37).

TABELA 1 – NÚMEROS DE TRATORES E COLHEITADEIRAS NO PARANÁ NAS DÉCADAS DE 1960, 70 E 80.

Período	N. de Tratores	N. de colheitadeiras
1960	5.181	986
1970	18.619	2.509
1975	52.498	7.407
1980	79.377	14.730

Fonte: IBGE, 1982. Elaborado pelo autor.

Com o investimento do Estado na modernização do campo como um dos fatores necessários para o desenvolvimento das regiões, a agricultura paranaense apostou na diminuição de seus custeios de operações através da modernização de seus processos, como pode-se observar através na tabela na compra de tratores. Este processo impacta diretamente na questão da população da região, como podemos observar no censo do IBGE, referente ao ano 2000, na qual apesar da população paranaense subir de 6.929.868 para 7.629.392 habitantes, no ano de 1970, destaca-se que houve um decréscimo na taxa de crescimento da população, sendo de 0,97% contra 4,97% do período anterior (1960-1970). Através dessas informações, podemos concluir que tal decréscimo ocorreu devido à substituição da mão de obra do

trabalhador de campo pelas máquinas. Com menos homens necessários para o cultivo, a região torna-se menos atraente para a força de trabalho bruta.

As 61 cooperativas agropecuárias do Paraná são responsáveis por 56% da economia agrícola do Estado, faturaram 70,4 bilhões de reais no ano de 2018 e participam de forma intensa em todo o processo de produção, beneficiamento, armazenamento e industrialização, fazendo com que o associado seja um ativo tanto no mercado interno e externo, como também nas ações sociais das comunidades. No total houve sobras no valor de R\$ 1,9 bilhões, que foram divididos pelos seus 170.793 cooperados do ramo. O ramo agropecuário representou em 2018 84,28% de todo o faturamento de cooperativas do Paraná (Sistema OCEPAR, 2018).

São importantes tecnologias e implementadoras de políticas desenvolvimentistas, como a difusão do crédito rural, armazenagem, manejo e conservação de solos, manejo integrado de pragas, assentamento de agricultores, agro industrialização, entre outros. São, em muitos municípios do Paraná, as mais importantes empresas, maiores empregadoras e geradoras de receitas. Cerca de um terço dos produtores rurais do Estado do Paraná são cooperados. A integração das cooperativas e a agregação dos interesses dos produtores rurais permitiram a montagem das estruturas de armazenagem, representando mais de 55% de toda a capacidade de estocagem instalada no Paraná. São fundamentais na implantação de novos projetos que levam à agregação de valores sobre os produtos primários, aumentando seu valor no mercado e melhorando a renda dos mais de 152 mil cooperados. Com isto o produtor pode reinvestir em sua atividade produtiva, garantindo a oferta de matérias primas em níveis permanentes e, ao mesmo tempo, desenvolvendo sua comunidade (Sistema OCEPAR, 2018).

As cooperativas agropecuárias do Paraná exportam atualmente produtos elaborados para cerca de 90 países, gerando receita em torno de dois bilhões de dólares por ano no mercado internacional (OCEPAR, 2018).

3 A COAMO: APRESENTAÇÃO DA COOPERATIVA

3.1 INFORMAÇÃO INSTITUCIONAL

Em 28 de novembro de 1970 nasceu a Cooperativa Agropecuária Mourãoense Ltda, cuja sigla Coamo foi sugerida pelo cooperado e posteriormente vice-presidente, Gelindo Stefanuto.

Com a atuação de mais de 28 mil agricultores associados e um quadro funcional de mais de 7 mil colaboradores efetivos, a Coamo baseia sua administração no tripé cooperados-diretoria-funcionários.

Conforme a administração mencionada abaixo, as reuniões com a diretoria são realizadas duas vezes por ano, juntamente com os cooperados. Segundo seus representantes, os objetivos das reuniões estão centrados no planejamento geral, direção, controle e comando dos atos e fatos da cooperativa, debatendo sobre os problemas sociais, a situação da agricultura nacional e viabilidade dos programas governamentais em prol das cooperativas e do aumento da produtividade e renda dos cooperados (COAMO, 2018).

3.1.1 Estatuto

A COAMO se estabeleceu a partir de fundamentos básicos para sua gestão e organização, que foram regulamentados por um Estatuto aprovado em Assembleias Gerais Extraordinárias realizadas no dia 22/08/1978 e respectivas alterações efetuadas de acordo com as Assembleias realizadas nos dias 03/07/1979, 02/07/1983, 28/02/1985, 18/07/1994 e 16/07/1997.

Caso haja alguma irregularidade, essa será cobrada de todos os associados, já que pelo Estatuto da COAMO, os associados são os donos do patrimônio e os beneficiários dos ganhos que o processo por eles organizados propicia.

Entretanto, o capital cobrado pela cooperativa é administrado em prol da própria cooperativa, para que essa não sofra consequências econômicas diante da economia de mercado. Desta maneira, os associados têm um percentual descontado automaticamente para o fundo de reserva, anualmente. Isto faz com que no caso de crises econômicas de mercado, quem sofre é o agricultor cooperado, jamais a cooperativa.

3.1.2 Estrutura

- Diretor Presidente Engenheiro Agrônomo José Aroldo Gallassini (Desde janeiro/1975).
- Diretor Vice-Presidente Engenheiro Agrônomo Claudio Francisco Bianchi Rizzato
- Diretor secretário Engenheiro Agrônomo Ricardo Accioly Calderari

Membros Vogais

- Nelson Teodoro de Oliveira
 - Joaquim Peres Montans
 - Wilson Pereira de Godoy
-
- Anselmo Coutinho Machado
 - João Marco Nicaretta
 - Alessandro Gaspar Colombo

Conselho fiscal/2018 – Efetivos

- Halisson Claus Welz Lopes
- Engelbert José Fuchs
- Ricieri Zanatta Neto

Suplentes

- Juarez Scarabelot
- Cláudio Osmar Fulaneto
- Renato Bravin Piccolo

Cargos Superintendentes

- Administrativo Antonio Sérgio Gabriel
- Comercial Alcir José Goldoni
- Industrial Divaldo Corrêa
- Operações e Logística Airton Calinari

- Técnico Aquiles de Oliveira Dias

3.2 ÁREA DE ATUAÇÃO

Segundo informações coletadas no site institucional da cooperativa, as unidades responsáveis pelo atendimento aos cooperados, quanto ao recebimento de produtos, distribuição de insumos, serviços administrativos e financeiros, estão localizadas de forma estratégica a propiciar ao quadro social maior facilidade no desenvolvimento de suas atividades.

Esta presença junto ao quadro social é de suma importância no barateamento dos custos de transportes que integra as despesas gerais de produção e está em perfeita consonância com a razão de ser cooperativa.

3.2.1 Áreas de atuação: Santa Catarina

COAMO Abelardo Luz – início das atividades: 1984 (Incorporação)

COAMO Ipuação – início das atividades: 01/01/1989

COAMO Ouro Verde – início das atividades: 19/10/1984 (Incorporação).

COAMO São Domingos – início das atividades: 19/10/1984 (Incorporação).

COAMO Xanxerê – início das atividades: 04/02/2014

3.2.2 Áreas de atuação: Paraná

COAMO Altamira Do Paraná – início das atividades: 11/06/1982

COAMO Araruna - início das atividades: 13/03/1984

COAMO Assis Chateaubriand (Entrepasto de Bragantina) - início das atividades: 29/12/1994

COAMO Barbosa Ferraz - início das atividades: 17/09/1979

COAMO Boa Esperança - início das atividades: 16/02/1978

COAMO Boa Ventura Do Roque - início das atividades: 26/09/1986

COAMO Bragantina - início das atividades: 29/12/1994

COAMO Brasilândia Do Sul - início das atividades: 30/04/2009

COAMO Campo Mourão (Admistração Geral) - início das atividades: 02/02/1983

COAMO Cândido De Abreu - início das atividades: 22/12/1989

COAMO Candói - início das atividades: 05/02/1999.
COAMO Cantagalo - início das atividades: 05/03/2003.
COAMO Coronel Domingo Soares - início das atividades: 03/09/2002
COAMO Coronel Vivida - início das atividades: 23/03/1993
COAMO Corumbatai Do Sul - início das atividades: 17/11/1983
COAMO Engenheiro Beltrão - início das atividades: 06/09/1974
COAMO Farol - início das atividades: 28/07/1994
COAMO Faxinal - início das atividades: 05/05/2003
COAMO Fênix - início das atividades: 06/02/1976
COAMO Goioerê - início das atividades: 30/04/2009
COAMO Guarapuava - início das atividades: 05/02/1999
COAMO Honório Serpa - início das atividades: 13/03/1984

COAMO Iretama - início das atividades: 15/09/1978
COAMO Ivaiporã - início das atividades: 15/09/1978
COAMO Janiópolis - início das atividades: 30/04/2009
COAMO Jardim Alegre - início das atividades: 15/09/1998
COAMO Juranda - início das atividades: 05/01/1979
COAMO Luizianda - início das atividades: 16/08/1989
COAMO Mamborê - início das atividades: 06/09/1974
COAMO Mangeirinha - início das atividades: 01/01/1979
COAMO Manoel Ribas - início das atividades: 03/07/1986
COAMO Mariândia Do Sul - início das atividades: 29/07/2003
COAMO Mariluz - início das atividades: 30/04/2009
COAMO Moreira Sales - início das atividades: 16/05/2009
COAMO Nova Santa Rosa - início das atividades: 02/01/1995
COAMO Novo Tebas - início das atividades: 06/03/1986
COAMO Ouro Verde Do Oeste - início das atividades: 29/12/1994
COAMO Palmas - início das atividades: 11/07/1978
COAMO Palmital - início das atividades: 11/06/1982
COAMO Paranaguá - início das atividades: 26/11/1990
COAMO Peabiru - início das atividades: 16/02/1978
COAMO Pinhão - início das atividades: 13/10/1999
COAMO Pitanga - início das atividades: 17/09/1979
COAMO Quarto Centenário - início das atividades: 16/07/2008

COAMO Quinta Do Sol - início das atividades: 06/03/1986

COAMO Roncador - início das atividades: 15/09/1978

COAMO Santa Maria Do Oeste - início das atividades: 16/10

COAMO São João Do Ivaí - início das atividades: 06/03/1986

COAMO São Pedro Do Iguaçu -- início das atividades: 29/15/1994

COAMO Toledo - início das atividades: 29/12/1994

COAMO Tupãssi - início das atividades: 19/12/1994

3.2.3 Áreas de atuação: Mato Grosso do Sul

COAMO Amambai – início das atividades: 10/10/2003

COAMO Aral Moreira – início das atividades: 27/09/2004

COAMO Caarapó – início das atividades: 09/12/2003

COAMO Dourados – início das atividades: 27/11/2012

COAMO Laguna Carapã – início das atividades: 27/09/2004

COAMO Maracaju – início das atividades: 11/06/2012

COAMO Maracaju Vista Alegre – início das atividades: 10/04/2012

COAMO Ponta Porã – início das atividades: 26/02/2010

3.3 PRINCIPAIS ATIVIDADES E ESTRUTURA DA EMPRESA

A Coamo informa em seu site que suas principais atividades visam fornecer assistência técnica para acompanhamento da produção de seus cooperados, ofertando cursos, treinamentos, encontro, suporte para o planejamento do plantio, comercialização da safra, definição de estratégias de diversificação da produção, formas de crescimento via integração vertical e horizontal, entre outras decisões gerenciais que são planejadas e organizadas pela diretoria e pelo quadro de funcionários da cooperativa (COAMO, 2018).

Efetuamos a apresentação de maneira breve a respeito da cooperativa. Esses dados obtidos com a própria Coamo, e são quase totalmente descritivos, tendo como objetivo situar o leitor sobre o porte e relevância da empresa dentro do cenário estadual e nacional. Isto se faz necessário para que nos próximos capítulos nos aprofundemos na influência da Coamo não somente para com seus cooperados ativos, mas sim com a população em geral de Campo Mourão.

A ideologia do cooperativismo também será colocada em questão, em um cenário de mundo capitalista, onde as empresas têm de se mostrar competitivas permanentemente para garantir sua sobrevivência. Também detalhamos sob que cenário se deu sua fundação, e quais foram os critérios adotados para seu crescimento e expansão.

3.3.1 Capacidade de armazenagem, recebimento e transporte

Os dados do site institucional da cooperativa (2018) afirmam que para receber a produção de seus cooperados, a COAMO mantém mais de 110 unidades estrategicamente localizadas nos estados do Paraná, Santa Catarina, e Mato Grosso do Sul. Com essa estrutura, a cooperativa consegue receber e comercializar cerca de 16% da produção paranaense, e 3,5% de toda a safra de grãos e fibras produzidas no Brasil (COAMO, 2018).

Ainda utilizando dados de 2018, destaca-se que a extensão territorial da COAMO é de 4 milhões de hectares, e sua capacidade global de armazenagem é superior a 6,3 milhões de toneladas. A secagem dos produtos é feita através de fornalhas à lenha, nas unidades da Coamo com capacidade total de 7 mil toneladas/hora. A madeira é produzida em áreas de reflorestamento que ocupam aproximadamente 3 mil hectares.

O escoamento é feito com uma frota própria de 270 carretas e caminhões, e mais 350 veículos de terceiros. A frota própria oferece agilidade nas remoções estratégicas de produtos de um armazém para outro como forma de garantir a abertura de espaços e assegurar o fluxo de recebimento da produção dos cooperados (COAMO, 2018).

Em 2012, a COAMO investiu o montante de R\$ 200 milhões na recepção de armazenagem e recepção de grãos, após a deficiência ocorrida no ano de 2010, na qual a cooperativa recebeu um grande volume que ultrapassou a capacidade de armazenagem, o que por sua vez ocasionou que suas sobras ficassem expostas em “piscinas” a céu aberto. De 2015 a 2016, a estocagem de grãos passou para 6,17 milhões de toneladas, o que representou um salto de 4,8%. Em 2017 foram recebidas 7,62 milhões de toneladas para capacidade de estática de armazenamento de 6,36 milhões, o que acabou novamente ultrapassando a capacidade e batendo o recorde de recebimento de grãos pela cooperativa. O excedente foi novamente destinado para

armazéns alugados, piscinas ou silo bags. Segundo o presidente, o fato neste período correu devido ao aumento do número de cooperados e na produção (COAMO, 2018).

3.3.2 Investimentos

No ano de 2018 houve investimentos nas 119 unidades, das quais fazem parte indústrias, terminal portuário e entrepostos, sendo que estas foram ampliadas e modernizadas. Investimentos também na instalação de novas unidades, frota de veículos leves e pesados, tratores, sistemas administrativos, sendo que o montante total em valores foi de R\$ 671 milhões, representando assim um aumento de 71,4% em relação ao ano de 2018 (COAMO, 2018).

3.3.3 Impostos, taxas e contribuições

No ano de 2018 foi gerado e recolhido o montante de R\$ 436,74 milhões em impostos, taxas e contribuições sociais (COAMO, 2018).

3.3.4 Associados

Encerraram o ano de 2018 com 28.690 associados, os quais participaram e contribuíram para os bons resultados alcançados. Durante o ano a COAMO proporcionou a devolução do Capital Social para os associados que completaram mais de 65 anos de idade, no valor de R\$ 10,17 milhões, que funciona da seguinte maneira: de toda sua produção que cooperado comercializa, 1% do valor é descontado e encaminhado para a conta capital. Quando o associado atinge 65 anos, a cooperativa devolve esse capital proporcional acumulado ao longo desses anos. (COAMO, 2018).

3.3.5 Credicoamo

Trata-se de uma cooperativa de crédito, fundada em 1989, na cidade de Campo Mourão, que tem como fundamento propiciar assistência financeira aos associados em suas atividades, com o fim de estimular a produção, produtividade rural e a comercialização. Possui mais de 18 mil cooperados no Paraná, Santa Catarina e Mato

Grosso do Sul e tem alcançado constantes números positivos. Em 2018 houve um volume de seguro agrícola contratado no valor de R\$ 1,07 bilhão, em comparação aos R\$ 897,38 milhões de 2017. Também como grau de comparação, podemos observar no desempenho financeiro da CREDICOAMO, disponível em seu site, que o Ativo Total de 2018 atingiu um montante de R\$ 2,39 bilhões, contra R\$2,18 de 2017, havendo assim um crescimento de 9,55%.

Segundo publicado no site (COAMO, 2018) “os cooperados encontram linhas exclusivas de produtos e serviços, capazes de proporcionar rentabilidade com segurança”. Os associados da cooperativa de crédito contam algumas modalidades para suas necessidades: conta corrente; cartão de crédito internacional; empréstimos para capital de giro; financiamentos de custeio e investimento para agricultura, pré-comercialização; financiamento complementar; financiamento para veículos, financiamentos para aquisição, construção, reforma ou ampliação de residências urbana e rural e outros bens, além de seguros de diversos ramos: agrícola residenciais, de vida e para máquinas e implementos agrícolas. A cooperativa também presta serviços através do recebimento de títulos e boletos bancários.

A CREDICOAMO mantém postos de atendimento aos cooperados em Araruna, Boa Esperança, Boa Ventura do São Roque, Bragantina (Assis Chateaubriand), Campo Mourão, Candói, Cantagalo, Coronel Vivida, Engenheiro Beltrão, Faxinal, Fênix, Goioerê, Guarapuava, Ivaiporã, Juranda, Luiziana, Mamborê, Manguieirinha, Marilândia do Sul, Manoel Ribas, Nova Santa Rosa, Palmas, Peabiru, Pinhão, Pitanga, Reserva, Roncador, São João do Ivaí, São Pedro do Iguçu, Toledo, Tupãssi e Vila Nova (Toledo), no Paraná; Abelardo Luz, São Domingos e Xanxerê, em Santa Catarina; Amambaí, Aral Moreira, Caarapó, Dourados, Laguna Carapã e Maracaju, no Mato Grosso do Sul (COAMO, 2018).

Conforme os estudos abordados por Pontes (2007), com base em Figueiredo (2000), o funcionamento das cooperativas de crédito ocorre mediante autorização e fiscalização do Banco Central do Brasil, por serem equiparadas às demais instituições financeiras, porém apesar de terem algumas similaridades, não podem ser chamadas de bancos, pela lei.

3.3.6 Indústrias

Além do trabalho realizado no campo, através dos processos de plantação e colheita, observamos que este não é o único lugar do qual a cooperativa obtém suas receitas. A Coamo atua no processo de industrialização a partir da produção da matéria prima de seus associados, colocando estes produtos ao alcance do consumidor final pela comercialização nos supermercados. Sendo assim, além do retorno que os cooperados tem com sua própria produção, ainda são acrescentados os produtos comercializados, gerando estas receitas que futuramente serão rateados através das sobras. Com relação ao mercado externo, a COAMO exporta 11% do total de todas as cooperativas brasileiras (COAMO, 2018).

FOTOGRAFIA - PARQUE INDUSTRIAL COAMO NA CIDADE DE CAMPO MOURÃO



FONTE: Nimio Cristian Ruiz Diaz (2018)

O parque Industrial da cooperativa é composto por duas indústrias de esmagamento de soja, cujas capacidades de produção somadas é de 5 mil toneladas/dia; uma refinaria de óleo de soja com capacidade de 660 toneladas/dia;

uma fábrica de gordura hidrogenada com capacidade de 100 toneladas/dia; uma indústria de margarina com capacidade para 180 toneladas/dia; duas fiações de algodão com capacidade para 30 toneladas de fio/dia; uma torrefação e moagem de café com capacidade para 15 toneladas/dia e um moinho de trigo com capacidade para 200 toneladas/dia. Todo esse complexo industrial transforma mais de 1,7 milhão de toneladas de produtos por ano (COAMO, 2018).

4 COAMO: A PARTICIPAÇÃO DA COOPERATIVA NA REGIÃO DE CAMPO MOURÃO

Superada a fase preliminar deste tema, onde foram abordados o surgimento do cooperativismo no Paraná, Brasil e no mundo, apresentação da cooperativa Coamo, além de citar a relevância das cooperativas do ramo agropecuário, faz-se necessário expor as modificações que a Cooperativa Agropecuária Mourãoense inseriu na região do Paraná e Campo Mourão, além de determinar quais foram seus méritos para a expansão que iniciou a partir de sua criação na década de 1970.

4.1 HISTÓRICO DA COAMO E REGIÃO

Através dos estudos de Onofre (2011), baseados em dados do IBGE, foi possível determinar que a primeira atividade econômica que se processou na região de Campo Mourão foi a pecuária, que motivou a posse das terras pelos primeiros habitantes, todavia, não prosperando economicamente, em parte por causa das características físicas locais, que contavam com condições climáticas inadequadas, águas muito frias, inexistência de campos em abundância, fazendo com que rebanhos ficassem expostos às doenças. Na expansão tropeira, a chegada da família Pereira em Campo Mourão foi um fato expressivo para a pecuária desenvolvida no Paraná Tradicional. Como consequência desse fato, primando alargar os acessos ao interior do Paraná e o desenvolvimento econômico do Estado, foi aberto, em 1906, o caminho denominado Picadão, ligando Campo Mourão ao Estado de Mato Grosso, o que permitiu a passagem das tropas em seu percurso. Este caminho é atualmente conhecido como “Estrada da Boiadeira”. Ela foi inicialmente elaborada partindo de Guarapuava em direção a Pitanga, numa extensão de 103 km, percorrendo mais 132 km até a localidade de Campo Mourão, seguindo mais 125 km até as barrancas do rio Paraná. Como consequência direta do tropeirismo paranaense, configurou-se o primeiro marco econômico de desenvolvimento para a região mourãoense, contribuindo na capitalização social dessa região. Foi nesse contexto que começou a instalação de núcleos ocupacionais que deram origem aos nichos urbanos dos municípios que fazem parte da região de Campo Mourão. No entanto, essa atividade não foi tão expressiva, entrando em declínio, forçando as primeiras famílias que habitavam Campo Mourão a se dedicarem à agricultura familiar.

Além da atividade agrícola, as famílias comercializavam a erva-mate, o mel e cera de abelha, e peles de animais silvestres para aumentar a renda num momento de ocupação pouco expressiva, que se adensou no decorrer do tempo. Gradualmente chegaram famílias procedentes de Minas Gerais, São Paulo, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, atraídas pela terra e riquezas florestais existentes (IBGE, 1950).

Entretanto, apesar das melhorias citadas, o setor comercial somente começou a crescer expressivamente na década de 1970, quando a COAMO foi fundada nessa região, passando a atender de forma regionalizada os produtores rurais e contribuindo para a organização econômica e implantação de técnicas modernas de agricultura.

Após o encerramento das atividades relacionadas à madeira na região de Campo Mourão, na década 1960, surgem os primeiros experimentos na cultura de trigo e, posteriormente, a implantação da cultura de soja. Desta maneira, os produtores se viram para um outro tipo de preocupação: a distribuição e comercialização da sua produção. Em meio a este contexto, a cooperativa afirma, através de seus arquivos, que se estabeleceu a ideia da criação de um mecanismo que viabilize a produção e comercialização de diversos produtores da região de Campo Mourão. E a melhor estrutura a ser adotada verificou-se ser a criação de uma cooperativa (COAMO, 2018).

A Coamo deixou de ser uma ideia, para concretizar-se, quando surgiu um grupo de produtores de trigo que visavam unir-se para a aquisição de equipamentos agrícolas a fim de facilitar o trabalho braçal, e evitar intermediários para beneficiar o trigo. Este grupo dos primeiros fundadores era liderado por Artemiro Bosio, que entre 1957 e 1963, idealizou e iniciou a constituição da Cooperativa Mista agropecuária de Campo Mourão – COAMO.

4.2 CRESCIMENTO DA COAMO E REGIÃO

Apesar de seus méritos, há de ser reconhecido que a Coamo iniciou suas atividades mediante um cenário favorável para o setor agropecuário do Brasil, nas décadas de 1960 e 1970. Segundo Ávila (2002), no qual faz um estudo aprofundado da cooperativa, houve evolução das atividades econômicas no campo em decorrência da dinâmica cooperativista na região de Campo Mourão. Essa dinâmica cooperativista teve início através de políticas governamentais de incentivo à produção agrícola por meio de cooperativas. Estas acabaram por transição de uma agricultura de

subsistência para uma agricultura intensiva, comercial. É interessante enfatizar neste ponto como incentivos do Governo Federal foram importantes para o surgimento e saúde econômica da cooperativa.

Enfatiza-se que a Coamo para realizar sua expansão contou com leis específicas, auxílio governamental e apoio de seus cooperados, conseguindo aumentar sua capacidade de ação, passando a ser um dos destaques da economia brasileira. (ONOFRE, 2011, p. 156)

O estudo de Onofre também corrobora com a visão de Ávila, cujo estudo comenta que a cooperativa surge diante um cenário favorável, e ainda conclui mais tarde (2011, p.229) “[...] organizações que por possuírem leis diferenciadas na constituição brasileira e terem princípios organizativos distintos, são mais potentes que as empresas na conquista de mercado e concentração de capital”. Um desses incentivos citados fazem referência à “Política Nacional de Cooperativismo”, conforme lei n. 5.764, de 1971. Esta lei, é importante pontuar, encontra-se defasada, abre espaço para novas abordagens e discussões a respeito da essência do cooperativismo associativismo na economia atual. (PONTES, D. R, 2007).

Segundo Oliveira, baseado nos dados obtidos através do IBGE, a cidade de Campo Mourão contava em 1970 com 295 tratores, e 87 máquinas de plantio e colheita. Após uma década, esses números saltaram para 1502 e 1525, respectivamente, o que representa um aumento de 409,1% no número de tratores e 1.885% no número de máquinas de plantio e colheita. Ainda segundo o autor, houve uma diminuição no acréscimo do número de tratores, de 23,9% em 1985 e 29,85% em 1996, sendo que este fator pode ser explicado pelo aumento da potência destas máquinas, havendo naturalmente menos necessidade de se ter um número maior destas máquinas (OLIVEIRA, 2016).

Ainda seguindo na dinâmica dos dados que mostram a mudança na região, sabemos através dos dados do IBGE (Censo, 1960) que na década de 1960 a agricultura da região de Campo Mourão baseava-se principalmente nas culturas de milho feijão, café e arroz. Entretanto, após a instalação e criação da cooperativa, a partir dos anos 1970, a soja começa a ganhar espaço, passando a ser a maior cultura em termos de área plantada, conforme podemos observar na tabela a seguir.

TABELA 2 – TAMANHO DE ÁREA DE TERRAS POR GRÃOS CULTIVADOS NAS DÉCADAS DE 1960, 70 E 80

Produto	Unidade	1960	1970	1980
Café	Hectare	26.048	4.960	2.908
Arroz	Hectare	9.582	18.321	2.493
Feijão	Hectare	17.329	14.619	1.418
Milho	Hectare	41.385	30.952	15.241
Trigo	Hectare	572	2.809	35.787
Soja	Tonelada	-	4.340	75.469

FONTE: Censo Agrícola do Brasil (1960). Censos Agropecuários do Brasil (1970 – 1980). Ambos do IBGE.

A tabela acima representa o aumento vertiginoso da área de plantação e produção do trigo e soja, os quais coincidem com o crescimento da Coamo na região.

Com relação à população, na década de 70 a maior parte desta morava no campo, representando uma taxa de urbanização 36,02%. Porém, com o avanço da modernização da agricultura, pequenos produtores, como de feijão, arroz e café, perdem participação no montante total da produção e área da região e estado (IBGE, 1970). Isto acontece pois áreas maiores de cultivo são necessárias para a produção de soja e milho.

O que encontramos no Paraná após a intensificação do processo de modernização agrícola é um setor de proprietários, na grande maioria médios e grandes, que se utilizava de tecnologia moderna e progressivamente assumiam por participação relativa no valor da produção total, e outro setor que se mantinha à margem desse processo, cuja participação no valor total da produção era decrescente, não só põe seus baixos índices de produtividade, mas principalmente pela redução do número de arrendatários e parceiros. (DENKER, 2009, p.47).

Com a modernização da agricultura, ocorre o êxodo rural, ou seja, a população da região migra para a cidade. Desta maneira, em 1980, a taxa de urbanização aumenta para 65,60%. No ano de 1991 sobe para 90,46%, e no último censo de 2010, este número cresce para 94,81% (IBGE, 1970, 80, 90, 00, 10). Através da análise e números demonstrados por Denker (2009), podemos concluir que os pequenos produtores, observando que as oportunidades de uma vida minimamente sustentável estavam se esgotando no campo, acabam migrando para a região urbana em busca de condições melhores para suas famílias.

Como já apresentado anteriormente, junto à COAMO veio o crescimento da produção de trigo e a necessidade de alugar armazéns. Em 1971 surgiram sobras que se tornaram características. No mesmo ano a empresa obteve o registro como produtor de sementes na Comissão Estadual de Sementes de Soja e Trigo no Paraná.

No ano de 1973 entrou em funcionamento o laboratório de análise de sementes, e, no mesmo ano, foi inaugurado o primeiro armazém graneleiro com capacidade para 500 mil sacas. Em 1974, foi aprovada a construção dos primeiros entrepostos, em Engenheiro Beltrão e Mamborê. Ainda, no final deste ano, o então presidente Fioravante João Ferri faleceu, ficando o vice-presidente Gelindo Stefanuto a cargo da administração da cooperativa, até o término do mandato. Já no ano seguinte, o engenheiro agrônomo José Aroldo Gallassini, assume o cargo da presidência, permanecendo até a data da elaboração deste trabalho (COAMO, 2018).

Devemos destacar que os cargos de diretores e membros dos comitês são ocupados por associados eleitos em assembleia geral, sendo que neste caso cada associado tem direito a voto igualitário independentemente do valor de sua participação acionária na cooperativa, ou seja, cada cooperado tem direito a um voto.

Em 1976, 15 municípios atuam no recebimento de algodão, além da criação do CTA- Centro Agrícola da COAMO, objetivando capacitar os cooperados no correto uso dos equipamentos, maquinarias e insumos.

No ano de 1977 são inauguradas as lojas de insumos em Mamborê e Engenheiro Beltrão, assim como foi implantado o viveiro de mudas na fazenda experimental.

Em 1978, a COAMO vai em busca de sua expansão através da aquisição de outras firmas, sendo estas a Cooperativa Palmense (COPALMA) e a Coopercentro, de Pitanga.

Após 4 anos, em setembro de 1982, inicia-se o funcionamento da indústria de óleo de soja em Campo Mourão, assim como o planejamento estratégico para implantação de sua segunda indústria: destilaria de álcool.

A diversificação das atividades da empresa, se expandindo para a seara industrial, determina a primeira grande diversificação em novas áreas. Esta expansão foi efetuada através de recursos internos (COAMO, 2018).

O próximo passo da expansão foi demográfico, quando ultrapassa as fronteiras do Paraná, chegando a Santa Catarina em 1984, com a incorporação da Cooperativa de Abelardo Luz – COOPERAL.

Em 1990 a COAMO expande sua estrutura industrial, adquirindo a indústria de óleo de soja em Paranaguá/PR. Adquire também um terminal portuário na mesma cidade, o que possibilitou a exportação do óleo, farelo de soja, algodão em pluma e fio de algodão para diversos países, já a partir do ano de 1991.

No ano de 1994 a empresa inicia suas atividades na região oeste do Paraná, com a construção e inauguração de entrepostos dos municípios de Toledo, Dez de Maio, Vila Nova, Nova Santa Rosa, Bragantina, Tupãssi, Ouro Verde do Oeste e São Pedro do Iguçu.

Ainda em 1996, foi implantado o laboratório de análise de qualidade do trigo, obtendo também o ISSO 9003 para seu laboratório da fiação de algodão. Destaca-se a importância da continuidade de investimentos nas áreas de atuação e especialidade que a empresa já possui. (COAMO, 2018)

Em 1999, em busca da diversificação de sua produção dentro de uma base já previamente estabelecida, a COAMO inicia as operações de hidrogenização, que permite à empresa produzir gorduras hidrogenadas para o uso em margarinas, frituras, e em indústrias de massas e biscoitos.

Esta breve passagem no tempo, na qual são evidenciadas a ascensão de diversificação de atuação da empresa, fica claro que cooperativas sob o comando do capital, que é o caso da Coamo, reproduzem características vigentes de empresas capitalistas tradicionais. O controle de todo o processo e produção, além de gestão, é concentrada em volta dos cooperados-empregadores, sendo que suas sobras são distribuídas a estes, após o acúmulo de capital, ou lucro, que necessariamente são investidos no crescimento e expansão da cooperativa. (PONTES, 2007).

Atuando primordialmente apenas como cooperativa agropecuária, a empresa desempenhava atividades de prestação de serviços inerentes à agricultura aos seus cooperados, bem como o recebimento e comercialização dos grãos. Gradativamente a empresa foi expandindo sua área de atuação, não deixando, no entanto, de diversificar suas atividades (DENKER, 2009).

Frise-se que desde sua fundação, o desenvolvimento de suas atividades baseou-se na produção de soja, complementando sua rentabilidade econômica também por meio da industrialização dessa *commodity*. Sua segunda atividade é a comercialização de insumos e outros produtos (chamada de “consumo” pela cooperativa). Outros produtos são o algodão, o trigo, o álcool, o feijão e o café (COAMO, 2017).

A COAMO, inicialmente configurada como agente do Estado, recebendo incentivos para o desenvolvimento da política agrícola federal, acabou tornando-se uma empresa de grande acúmulo de capital, sendo considerada como maior cooperativa singular da América Latina, apesar de constituir-se como uma

organização cooperativa, seguindo os ditames do mundo capitalista. Por isso, de acordo com Ávila (2005, p. 156), “[...] é nesta visão capitalista que a cooperativa procura estender seu raio de ação para outras regiões do estado e mesmo para outros estados, países e continentes (pela exportação)”.

4.3 MERCADO EXTERNO

A venda no mercado externo amplia em muito a demanda potencial da empresa. Atendendo a vendas externas, o mercado potencial da empresa amplia-se por não haver mais limitação de demanda no mercado interno. O crescimento de uma empresa pelo mercado externo é muito maior do que pelo mercado interno, pois esse crescimento não estará limitado ao ritmo de expansão da economia doméstica. (CATERMOL, 2006, p. 249)

Segundo essas diretrizes, a empresa inicia suas atividades de exportação, primeiramente adquirindo a indústria de soja em Paranaguá, e na sequência um terminal portuário na mesma cidade, o que possibilitou a exportação de óleo, farelo de soja, algodão em pluma e fio de algodão para diversos países, já a partir do ano de 1991. Essas novas aquisições, há de se destacar, não somente beneficiam a empresa por diminuir a concorrência, como também para fornecer um acréscimo no valor para os serviços administrativos e técnicos àqueles que a firma já detém.

Apesar de não possuir problemas com demanda no mercado interno, a Coamo decidiu adotar a estratégia de crescimento via exportações. Desta maneira, tendo mais um mercado ao seu alcance, a empresa possibilitou o aumento de sua lucratividade sempre que o cenário externo ofereça preços mais atraentes que o mercado interno.

TABELA 3 – TONELADAS COMERCIALIZADAS E FATURAMENTO NO MERCADO EXTERNO DA COAMO DE 2012 A 2018.

Ano	Quantidade (milhões/ton)	Faturamento (bilhões US\$)
2012	2,81	1,12
2013	2,56	1,21
2014	1,80	0,90
2015	3,49	1,17
2016	3,32	1,03
2017	3,84	1,29
2018	4,58	1,80

FONTE: COAMO – relatório de gestão (12, 13, 14, 15, 16, 17, 18)

Através da tabela 3 podemos observar como a COAMO, graças à sua participação com o mercado externo e diversificação de suas atividades, pode enfrentar a crise que interferiu no país nos últimos anos. Apesar de sofrer variações na quantidade de exportação e faturamento, podemos destacar que os números acabam ficando próximos, já tendo um aumento constante a partir de 2016, um dos piores anos da crise econômica do Brasil. Ou seja, o mercado externo acaba provando para a cooperativa como sendo uma fonte demasiadamente importante de lucratividade. Com uma receita global de R\$ 14,80 bilhões em 2018, o setor de exportações, de US\$ 1,80 milhões, representou aproximadamente 47% do faturamento total (COAMO, 2018).

Ainda podemos destacar que o perfil dos produtores associados, com relação ao tamanho de suas terras, sofreu uma transformação a partir do momento da abertura do mercado externo da cooperativa. Até 1980, as unidades produtivas de 50 a 80 hectare eram economicamente viáveis, sendo suficiente para a grande maioria se seus associados. Porém, a partir de 1990, com início das exportações, essas áreas tornaram-se menos interessante para a cooperativa, que necessitava de uma produção maior. Assim, a média das áreas de terra para cultivo dos cooperados saltou de 130,48 hectare para 213 hectare, ou seja, uma ampliação de 63,52% na produção. (ÁVILA, 2002).

No ano de 2015, a cooperativa anuncia a sua primeira venda de milho em grão para os Estados Unidos. O negócio foi realizado com uma importante empresa da cidade de Wilmington, localizada no estado norte-americano da Carolina do Norte. A

COAMO embarcou um navio com 54 mil toneladas de milho em grão, venda CIF (COAMO, 2016).

No ano de 2018, a COAMO ocupou a primeira colocação entre as empresas exportadoras do Paraná, e ficou entre as maiores do Brasil. A produção foi comercializada para os continentes europeu, americano, asiático e africano, num total de 25 países. Para que este fluxo de exportação fosse realizado com eficiência, foi utilizado o seu Terminal Portuário em Paranaguá, bem como os portos de São Francisco do Sul e Imbituba, no Estado de Santa Catarina e de Rio Grande no Estado do Rio Grande do Sul. No mesmo ano foram exportadas 4,58 milhões de toneladas de produtos com um faturamento de US\$ 1,80 bilhão, sendo ambos número recordes para a empresa. Além destes volumes, foram comercializadas 762,62 mil toneladas de produtos destinados à exportação, no montante de US\$ 275,44 milhões (COAMO, 2018).

A cooperativa deve investir nos próximos anos R\$250 milhões no Porto de Paranaguá. Deste total, R\$106 milhões foram aplicados no final de 2017 em melhorias no terminal portuário e nos novos projetos de ampliação da capacidade de movimentação de grãos no Corredor de Exportação. Em contrapartida, outros R\$ 105 milhões serão aportados pela Cooperativa em aumento da capacidade de armazenamento, melhorias na descarga de caminhões e construção de estacionamentos. A empresa deverá renovar seus dois contratos de arrendamento no Porto de Paranaguá por mais 25 anos. O gerente da COAMO indicou que serão construídos três novos silos verticais para grãos, com capacidade para armazenamento de 26 mil toneladas cada, em área própria da empresa. O novo projeto, que está em fase de licenciamento ambiental, possibilita ainda a interligação das correias transportadoras da Cooperativa com o novo projeto da Appa do píer em “T” – obra que vai aumentar a capacidade de embarque dos navios graneleiros no Corredor de Exportação, com a construção de novos berços de atracação em um cais paralelo ao cais acostável existente (COAMO, 2018).

Estas informações destacam como a cooperativa segue modificando e influenciando na dinâmica das regiões onde ela atua em busca pela lucratividade. Entretanto, é importante salientar que a Coamo acaba trazendo faturamento e geração de empregos para o Estado, além destes valores de exportação contribuírem diretamente com bons valores nas sobras que serão rateadas posteriormente entre seus cooperados. Ainda assim administração demonstra não se diminuir o ritmo diante

de seus números positivos, como destacou o gerente da Coamo, dando continuidade à expansão e melhor comercialização de sua produção através do mercado externo.

Por fim destacam-se três pontos cruciais na qual o papel da Coamo é importante para o desenvolvimento econômico regional: a geração de impostos, a exportação e a distribuição das sobras. Na geração de renda aos municípios, estado e federação por meio de impostos, a cooperativa acaba por “financiar” indiretamente ações públicas voltadas à sociedade. Na exportação acaba por levar à produção a países que certamente, os produtores não conseguiriam chegar sem o apoio da organização. Na distribuição das sobras, os associados por meio do recebimento de um retorno sobre toda produção direcionada à cooperativa, acabam acrescentando capital às economias locais, aquecendo os setores secundários e terciários da região. (ÁVILA, 2002).

5 DA COOPERATIVA À EMPRESA CAPITALISTA

O cooperativismo tem origens de caráter socialista, o qual surgiu em meio a um movimento operário dentro do capitalismo, que ao longo dos anos sofreu transformações, tornando-se também instrumento de desenvolvimento do setor agrícola. As cooperativas agropecuárias cada vez apresentam mais características de empresas de mercados e especializam-se nos serviços prestados aos seus associados.

Pontes (2007) utiliza a própria Coamo para expor as características que a cooperativa reproduziu ao longo do tempo para transformar-se em instrumento capitalista, conforme cita:

Tais cooperativas podem ser denominadas também como cooperativas empresariais. Essas cooperativas apresentam as seguintes características: i) grande parte dos produtores diretos são trabalhadores assalariados; ii) os cooperados são responsáveis pela gestão, ou a gestão é realizada por técnicos contratados; iii) a distribuição da renda e das sobras por cooperado é proporcional ao “movimento ou a expressão econômica” realizada por cada cooperado, ao contrário das cooperativas de produção sob o comando dos produtores diretos. (PONTES, D. R, 2007, p. 102).

5.1 COOPERADOS

Entre as décadas de 1970 a 1980, quando a Coamo estava em busca de cooperados, houve um aumento no seu quadro de associados, mesmo que estes possuíssem até 3 alqueires de terra. Entretanto, entre 1988 e 1997 observamos uma queda no número de cooperados. Sendo assim, é possível analisar que a cooperativa adota uma nova estratégia: a busca de associados que possuam uma maior área de terras em sua posse. No mesmo período a Coamo expande sua área geográfica com a construção e aquisição de entrepostos, mesma época na qual a ampliação da área média das terras de novos cooperados era uma das exigências para a produção de soja (ONOFRE, 2011). Segundo dados da OCEPAR, dos 31.775 cooperados em 1988, a Coamo passou a ter 17.788 cooperados em 1997, uma diminuição de 43% no seu quadro de sócios. Como comparação, a cooperativa tinha agregado de 6.439 cooperados para 31.175 em 1988 (OCEPAR, 1988). A desvinculação do produtor de algodão do quadro de associados da Coamo ocorreu devido ao declínio da cotonicultura por questões macroeconômicas (ÁVILA, 2002).

A Coamo (de acordo com as leis de capital sob a ótica marxista) confirma uma tendência à centralização e concentração de capitais na agricultura, em que a produção das culturas “modernas” – especificamente a soja – combina com: a) maior quantidade de área fundiária, b) melhores condições financeira dos cooperados, e c) inviabilização e/ou expropriação dos pequenos cooperados. (AZERÊDO, 2016, p. 77).

Ainda segundo dados da OCEPAR de 1997, no período 1988 – 1997, desvincularam-se da cooperativa 11.752 cooperados com faixas de terra entre 0 a 10 hectares; desvincularam-se 6.048 cooperados com faixas de terra entre 11 a 50 hectares; um acréscimo de 1.706 cooperados com faixa de terra entre 50 a 100 hectares; e outro acréscimo de 2.707 cooperados com faixas de terra com mais de 100 hectares. No mesmo período, a cooperativa teve um enorme aumento na quantidade de soja recebida, com 1.100.282 toneladas, seguido pelo milho, com 929.654 toneladas, ambos em 1997. Em forma de comparação, no ano de 1988, a Coamo havia recebido 661.078 toneladas de soja e 325.885 toneladas de milho (Ocepar, 1977 – 1988).

Até o final de 1980 era viável economicamente as unidades produtivas de 50 a 80 hectares, no entanto, a partir de 1990, tornou-se inviável esta prática, em virtude das culturas de exportação [...] Diante disso, as posses fundiárias dos cooperados, quando da aquisição, constituíam-se em área média de 130,48 hectares, a qual foi ampliada para 213,36 hectares, ou seja, uma ampliação na unidade produtiva de 63,52%. (ÁVILA, 2002, p. 109).

Este fato aponta a seleção que a cooperativa fez após a abertura da empresa para o mercado externo, buscando atender a maior demanda. Claramente produtores com posses de terras de maior área foram favorecidos, contra os menores, preteridos. Podemos concluir que há uma corrida ainda maior pela concentração de terra pois ser o caminho mais lucrativo para a cooperativa e o associado. Uma visão claramente capitalista no sentido do aumento do capital em primeiro lugar.

Em seu estudo sobre a concentração de território da Coamo, Onofre (2011), através de entrevista aos associados, porém sem divulgar seus nomes, destaca alguns fundamentos nos quais a cooperativa peca. Um dos associados da sugere que a empresa deveria adotar a estratégia na diminuição de uma parcela de sua capitalização em prol do bem-estar dos cooperados. Um dos exemplos seria o desconto nos produtos industrializados, para seus cooperados, que a própria cooperativa produz no mercado. Hoje em dia, a firma estimula que seus associados

comprem só produtos da própria Coamo, em contrapartida, não oferece nenhum desconto adicional para estes.

Argumenta-se que mesmo beneficiando grande número de pessoas, sua participação se limita a um beneficiamento em qual a empresa privada poderia estar ofertando, sendo que os lucros sociais proporcionados pelo cooperativismo ao processo produtivo, como barateamento das mercadorias não são repassados para a sociedade, fato que deveria ser levado em consideração por ser a Coamo a maior da América Latina e seus produtos comercializados nos mercados interno e externo, de significância para o consumo da sociedade. (ONOFRE, 2011, p. 157).

Onofre ainda conclui, através das entrevistas, que a trajetória de empresa capitalista da Coamo acabou por neutralizar os ideais socialistas que fundamentam o cooperativismo. Mostra evidências nos quais os cooperados foram (2011, p. 225) “[...] alienados e metamorfoseados ao capital, mesmo fazendo parte de uma organização cooperativa, pensam muito mais individualmente do que na coletividade.”

5.2 COOPERADOS E A POPULAÇÃO DE CAMPO MOURÃO

Todos os números expostos no subcapítulo anterior exemplificam a estratégia adotada pela Coamo para o crescimento da empresa. Este período coincide com os novos rumos adotados pela cooperativa em relação à abertura ao mercado externo, com a aquisição do terminal portuário em Paranaguá/PR, em 1991, possibilitando as vendas de produtos como farelo de soja, óleo, algodão em pluma e fio de algodão ao mercado externo. No ano de 1994, dando continuidade à expansão do mercado interno, inicia suas atividades na região Oeste do estado do Paraná, com a construção e inauguração de entrepostos em 8 municípios. Em 1996 é inaugurada a refinaria de óleo de soja. No ano de 1997, a Coamo possuía capacidade de armazenamento de 1.933.560 toneladas de produtos, contra 1.124.460 em 1988 (COAMO, 2018). O que podemos observar é que a empresa irá tomar decisões em detrimento ao seu desenvolvimento e crescimento, mesmo que para isto tenha que realizar cortes, direta ou indiretamente. Reflexo disto é que pese ao crescimento destacado durante o transcorrer das últimas décadas, o número de associados nunca chegou ao que era no final de década de 1980 (31.175 em 1988). Apenas a partir de 2002 o número de cooperados volta a crescer, sendo ao final de 2018 28.690 associados (COAMO, 2018). Em comparação, nesse mesmo período, de 2002 e 2018, a capacidade estática de armazenagem mais que dobrou, de 2,59 milhões de sacas para 6,41 milhões, e

ainda assim a produção tem superado essas capacidades (COAMO, 2018). Esses números alertam como um valor maior de faturamento e sobras tem sido rateado por menor número de associados, concentrando assim a renda nas regiões, principalmente onde está a maior parte de seus cooperados, a região de Campo Mourão.

Corroborando com esses fatos e com a visão analítica do subcapítulo, Costa (2009) aponta em seu estudo, baseado nos dados do Censo do IBGE, que na década de 2010 a população mais pobre de Campo Mourão diminuiu sua participação na renda, sendo que a população mais rica elevou a sua contribuição. No mesmo período em que os 20% mais pobres da população viram sua participação de renda cair de 3,7% para 2,9%; os 20% mais ricos elevaram sua participação de 59,2% para 62,5%. Essa elevada concentração de renda destaca parte das transformações que o município sofreu após a década de 1980, quando houve redução de pequenas propriedades familiares e ampliação das médias e grandes propriedades rurais. As propriedades de terras encontram-se em sua maioria nas mãos de uma pequena parcela de famílias que concentram a renda, enquanto a maioria da população, cerca de 80% mais pobres, possuem somente 37,25% da renda (COSTA, 2009). Sendo assim, entramos novamente na questão: a empresa gera renda para a região e para o município, porém a distribuição de suas sobras não ocorre de forma plenamente satisfatória em comparação ao benefício que poderia trazer para uma parcela maior de sua população. Em vez disso percebemos como tendência um maior acúmulo de capital pela Coamo.

Fica evidente que a concentração de renda é fruto de um modelo de desenvolvimento econômico aplicado no município com apoio do Estado, em que veio a beneficiar um reduzido número de pessoas que viram seus rendimentos aumentarem. Enquanto isso, milhares de trabalhadores e pequenos proprietários familiares perderam seus empregos no campo e tiveram de se deslocar para as cidades. No entanto, a urbanização acelerada e a falta de oportunidades fizeram com que inúmeros problemas sociais urbanos passassem a ser parte da realidade social de Campo Mourão. (COSTA, 2009, p. 8).

Ou seja, considerando o argumento de Costa (2009), o deslocamento da população para a área urbana, em busca de novas oportunidades, acabou acarretando um aumento da população pobre, seguido pelo aumento em índices de criminalidade, já que o município não se preparou estruturalmente para essa rápida migração.

TABELA 4 - ÍNDICE DE GINI DO BRASIL, REGIÃO SUL, PARANÁ E CAMPO MOURÃO NOS ANOS 1991, 00 E 10.

Índice de Gini	1991	2000	2010
Brasil	0,6383	0,6460	0,6086
Região Sul	0,5857	0,5893	0,5337
Paraná	0,5997	0,6065	0,5416
Campo Mourão	0,5472	0,5744	0,5044

FONTE: IPEA, 2018.

Segundo dados de Gini apresentados na tabela 4, medidos através do censo do IBGE (91, 00, 10), no qual quando o resultado tem valor igual a 1 significa total igualdade, e valor igual a 0 significa perfeita igualdade, observa-se que em 1991 este valor correspondia a 0,5472, aumentando para 0,5744 em 2000, ou seja, neste período houve um aumento na desigualdade da distribuição de renda. Em 2010 o índice sobre uma queda no seu valor para 0,5044. Pese que seu índice seja melhor às regiões comparadas, podemos entender que o município possui potencial para um melhor índice de igualdade, diante de todos os fatos já expostos aqui, com relação ao faturamento e renda gerados pela cooperativa, que poderiam trazer um melhor beneficiamento com relação à comunidade onde atua, distanciando-se ainda mais da média dos índices apresentados.

Através da análise observada podemos concordar e destacar que a cooperativa não funciona claramente sob os alicerces da contribuição mútua, mas sim no funcionamento como uma empresa capitalista, a qual busca na acumulação de seu capital como seu principal objetivo, mesmo que desta forma tenha de se desfazer de pequenos agricultores que não iriam trazer rendimentos significativos à cooperativa.

Conforme avalia Pontes (2007), podemos entender que as cooperativas se tornaram mais um instrumento de manutenção de manutenção do capital monopolista, fazendo uso de legislações que favorecem sua atuação no cenário capitalista.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A COAMO é a maior cooperativa no ramo agropecuário da América Latina, sendo destaque no setor agropecuário estadual e nacional. Os estudos foram concentrados não somente na história da empresa, mas sim foi necessário entender o contexto na qual ela foi inserida. É uma cooperativa mista que apresenta como finalidade principal a venda de produtos que são frutos da produção dos associados e de outros trabalhadores.

A elaboração deste trabalho permitiu a este autor rever e aprofundar-se a questões diversas, analisar pontos de vista de diferentes autores sobre o mesmo tema e poder comparar com informações institucionais que destacam apenas fatores positivos. Sendo assim, foi decisivo realizar estudos concretos através de sites oficiais para entender as transformações sofridas em Campo Mourão, antes e depois do surgimento da Cooperativa. É importante ressaltar que essas mudanças são constantes, como foi possível observar através do índice de Gini e da taxa de urbanização do município de Campo Mourão. Em relação ao índice de Gini, que mede o índice de igualdade de uma região, observamos aumento de desigualdade entre os anos de 1991 e 2000, e uma leve recuperação nos anos 2010. Esses valores são confrontados com os permanentes números positivos alcançados pela cooperativa, que esteve sempre em expansão. Com a taxa de urbanização, foi observado que com o avanço da modernização da agricultura, pequenos produtores, como de feijão, arroz e café, perderam participação no montante da participação da região e estado, sendo isto consequência da necessidade de maiores áreas de terra para cultivo e produção da soja e trigo, o que levou a maior parte da população do campo migrar para a cidade. Nos anos 1970 a taxa de urbanização era de 36,02%, aumentando para 65,60% na década de 1980, e 90,46% em 1991.

É evidente que mudanças drásticas e rápidas, apesar do incentivo da geração de capital, trazem certos custos para uma região. Outra prova que condiz com o tema diz respeito à abertura ao mercado externo da empresa, quando surge a necessidade de cooperados que possuam maiores extensões de terras, para desta maneira também poder suprir a demanda do mercado externo. Desta maneira, pequenos agricultores foram marginalizados, perdendo sua importância, passando a ser o foco de prioridade os grandes proprietários de terras. Assim, no período de 1988 – 1997 desvincularam-se da cooperativa 11.752 cooperados com faixas de terra entre 0 a 10

hectares; desvincularam-se 6.048 cooperados com faixas de terra entre 11 a 50 hectares; um acréscimo de 1.706 cooperados com faixa de terra entre 50 a 100 hectares; e outro acréscimo de 2.707 cooperados com faixas de terra com mais de 100 hectares. Esses dados, aliados com o aumento de receita da cooperativa referente ao mercado externo, destaca a concentração de renda a uma parcela menor de agricultores da região.

Através de toda a pesquisa realizada e os autores aqui consultados, é demonstrado como a Coamo, que como toda cooperativa tem princípios socialistas de solidariedade, surgiu como uma empresa cooperativista, e ao longo do tempo foi obrigada a se tornar capitalista devido à concorrência dentro do cenário de uma economia capitalista. A sua trajetória nasce atrelada à lei n. 5.764, de 1971, que faz referência à “Política Nacional de Cooperativismo”, na qual o Governo Federal garante a prestação de assistência técnica e de incentivos financeiros a creditórios especiais, conforme é citado: “necessários à criação, desenvolvimento e integração das entidades cooperativas”. Com fundamentos teóricos dos autores aqui citados, também entendemos que a base de uma economia solidária utópica é limitada pelos componentes jurídicos nacionais, que dão vantagens econômicas às cooperativas contemporâneas, regidas pelo acúmulo do capital, e não incentivam de maneira correta ao surgimento de cooperativas com princípios exclusivamente solidários. As empresas que inicialmente têm algum propósito neste sentido solidário, acabam por serem submetidas ao mercado tradicional, buscando ganhos de produtividade como outra firma capitalista comum.

Sendo assim, foi importante destacar e responder as diversas questões da influência que uma cooperativa com o porte da Coamo gerou em Campo Mourão após sua transformação. Apesar da sua insuficiência em realizar as influências necessárias que dita a economia solidária, podemos destacar dois pontos cruciais na qual o papel da Coamo é importante para o desenvolvimento econômico regional: a geração de impostos e abertura para o mercado externo. A geração de impostos acarreta aumento de receita do município, o que pode favorecer a população, e na exportação a cooperativa auxilia os produtores a levar a produção a países que certamente estes não poderiam chegar sem apoio da organização.

Por fim, a organização de trabalho da Coamo é idêntica às empresas capitalistas tradicionais, e há vários fatores que comprovam isto, entre eles: na cooperativa houve o menosprezo pelo cooperado que possuísse pequenas extensões

de terra, dando prioridade ao grande proprietário, como foi demonstrado ao longo do trabalho, principalmente a partir da abertura ao mercado externo; a perpetuação da diretoria, na qual o seu presidente José Aroldo Galassini concentra as decisões da Coamo desde janeiro de 1975; e a desigualdade social encontrada nos estudos, na qual a população mais pobre da região de Campo Mourão ainda sofre com a distribuição de renda, já que esta e grandes porções de terras acabaram se concentrando nas mãos de uma quantidade limitada de famílias. Estes elementos demonstram o distanciamento que a Coamo sofreu ao longo do tempo com os ideais distributivos do cooperativismo.

REFERÊNCIAS

ATLAS BRASIL. **INDICE DE GINI**. Disponível em:

<<http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/consulta/>> Acesso em: 10 maio 2018.

ÁVILA, J.L. **A COAMO e o Desenvolvimento Geoeconômico a Região de Campo Mourão**. Dissertação. (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Geografia - UEM/DGE, Maringá, 2002.

AZERÊDO, R.F. **Agronegócio cooperativo da Coamo: territorialização, poder e controle**. Dissertação (Pós-graduação) – Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial da América Latina e Caribe – TerritoriAL, São Paulo, 2016.

BASTOS, L.A. **O Processo de Industrialização do Paraná: uma nova abordagem**. Dissertação (Mestrado em História Econômica). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

BRASIL. Lei n. 5.764, de 16 dezembro de 1971. Define a Política Nacional de Cooperativismo, institui o regime jurídico das sociedades cooperativas, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 16 dez. 1971. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5764.htm> Acesso em: 19 maio 2019.

CAETANO, J.R. **Maiores e Melhores de 1998**. Revista Exame, ed. Especial. São Paulo: Abril, 2005.

CARLEIAL, L. e PAULISTA, A. **A Economia Solidária: utopia transformadora ou política pública de controle social?** Publicado no XVII Encontro Nacional de Economia Política. João Pessoa – PB, 2008.

CATERMOL, Fabrício. Crescimento da firma e comércio exterior: revisitando a teoria de Adrian Wood. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 26, n. 2, p. 239-257, abril/junho 2006.

CENTRAL CULTURAL DE COMUNICAÇÃO. **Em 2017, COAMO recebeu maior volume de grãos da história**. Disponível em:

<<http://www.centralcultura.com.br/?pag=noticias.php&id=53028#>> Acesso em: 24 set. 2018.

COSTA, Fabio R. **Estudo sobre os municípios periféricos na mesoregião centro ocidental paranaense**. Geografia, Londrina, v. 18, n. 2, 2009. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/geografia/article/view/2482>> Acesso em: 5 maio 2019.

COSTA, Luciano de S. **O cooperativismo: uma reflexão teórica**. Ciências Sociais em perspectiva, p. 55-64, 2 sem. 2007. Disponível em:

<<http://www.mobilizadores.org.br/wp-content/uploads/2014/05/coop-reflexao-teorica.pdf>> Acesso em: 6 maio 2019.

COAMO – Agroindustrial Cooperativa. **Nossa História**. Disponível em: <<http://www.COAMO.com.br/site/institucional/>> Acesso em: 8 maio 2017.

COAMO – Agroindustrial Cooperativa. **Administração**. Disponível em: <<http://www.COAMO.com.br/site/institucional/administracao>> Acesso em: 8 maio 2017.

COAMO – Agroindustrial Cooperativa. **Áreas de Atuação**. Disponível em: <<http://www.COAMO.com.br/site/institucional/area-de-atuacao>> Acesso em: 8 maio 2017.

COAMO – Agroindustrial Cooperativa. **COAMO em Números**. Disponível em: <<http://www.COAMO.com.br/site/institucional/COAMO-em-numeros>> Acesso em: 8 maio 2017.

COAMO – Agroindustrial Cooperativa. **Demonstrações Financeiras**. Disponível em: <<http://www.COAMO.com.br/contabeis/2015/>> Acesso em: 8 maio 2017.

COAMO – Agroindustrial Cooperativa. **Armazenagem, Recebimento e Transporte**. Disponível em: <<http://www.COAMO.com.br/site/servicos/armazenagem-recebimento-e-transporte>> Acesso em: 21 ago. 2018.

DECIO, Z. Cooperativa COAMO: **Gerenciando os Conflitos do Crescimento**. Dissertação. Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996.

DENKER, N. **A Expansão e o Crescimento da COAMO Agroindustrial Cooperativa**. Dissertação (Mestrado em Economia) – Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Econômico, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2009.

GERMER, Clauss. A Economia Solidária: uma crítica Marxista. **Revista Direito Cooperativo**. Curitiba, n. 1, p. 51-74, 1º sem 2007.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Dados agropecuária**. Disponível em: <<https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/agropecuaria/lspa/defaulttab.shtm>> Acesso em: 11 junho 2018.

IBGE. **Biblioteca**. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/?view=detalhes&id=767>> Acesso em: 15 set. 2018.

IPARDES. **Caderno estatístico do município de Campo Mourão**. Disponível em: <<http://www.ipardes.gov.br/cadernos/MontaCadPdf1.php?Municipio=87300>> Acesso em: 15 maio 2018.

NAMORADO, Rui. Cooperativismo – História e Horizontes. **Revista Direito Cooperativo**. Curitiba, n. 1, p. 9-36, 1º sem 2007.

OLIVEIRA, Dean G. **Coamo e Coagel: expansão e formação do cooperativismo agroindustrial na mesorregião centro ocidental paranaense**. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-graduação *Stricto Sensu* em Geografia, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Francisco Beltrão, 2016.

ONOFRE, Gisele R. **Capital e Coamo – Agroindustrial Cooperativa: a formação de um território**. Dissertação (Doutorado). Programa de Pós-graduação em Geografia Humana da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2011.

PONTES, D. R., Configurações Contemporâneas do Cooperativismo Brasileiro. **Revista Direito Cooperativo**. Curitiba, n. 1, p. 89-112, 1º sem 2007

SICOOB. **HISTÓRIA DO COOPERATIVISMO**. Disponível em: <<http://www.sicoobcecremef.com.br/historia-do-cooperativismo>> Acesso em: 18 set. 2018.

SILVA, M. E. e Santos, O. F. A legitimidade da Economia Solidária: os eixos principiologicos dos grupos populares para a legalidade no estado democrático de direito brasileiro. **Revista Direito Cooperativo**. Curitiba, n. 1, p. 75-88, 1º sem 2007

SISTEMA OCB. **O que é o Cooperativismo**. Disponível em: <<https://www.ocb.org.br/o-que-e-cooperativismo>> Acesso em: 18 set. 2018.

SISTEMA OCB. **História do Cooperativismo**. Disponível em: <<https://www.ocb.org.br/historia-do-cooperativismo>> Acesso em: 18 set. 2018.

SISTEMA OCB. **Ramos do Cooperativismo**. Disponível em: <<https://www.ocb.org.br/ramos>> Acesso em: 18 set. 2018.

SISTEMA OCEPAR. **AGROEXPORTAÇÕES: mais Cooperativas estão entre as maiores exportadoras do Paraná**. Disponível em: <<http://www.paranacooperativo.coop.br/ppc/index.php/sistema-ocepar/comunicacao/2011-12-07-11-06-29/ultimas-noticias/107263-agroexportacoes-mais-cooperativas-estao-entre-as-maiores-exportadoras-do-parana>> Acesso em: 19 set. 2018.

SISTEMA OCEPAR. **Cooperativas do paraná: produtos e serviços**. Disponível em: <http://www.paranacooperativo.coop.br/ppc/images/Comunicacao/2017/publicacoes/catalogo_produtos_servicos/Catalogo_Produtos_Servicos_Ocepar.pdf> Acesso em: 16 maio 2019.

SISTEMA OCEPAR. **Ramos do cooperativismo**. Disponível em: <<http://www.ocbrr.coop.br/cooperativismo/ramos-do-cooperativismo.html>> Acesso em: 19 set. 2018.

SISTEMA OCEPAR. **Balço agropecuário 09-04-2019**. Disponível em:
<http://www.paranacooperativo.coop.br/ppc/images/Comunicacao/2019/noticias/04/09/balanco/ramo_agro_09_04_2019.pdf> Acesso em: 16 maio 2019.

TRILHAS E LUGARES. **A COAMO e o desenvolvimento Regional**. Disponível em:
<<https://jonashenriquelim.wordpress.com/2011/10/29/a-COAMO-e-o-desenvolvimento-geoeconomico-da-regiao-de-campo-mourao/>> Acesso em: 10 jun. 2017.
